

MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL)

O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Não somos filiados a nenhum partido ou instituição. O MPL é um movimento social independente e horizontal, o que significa que não temos presidentes, dirigentes, chefes ou secretários, todos tem a mesma voz e poder de decisão dentro dos nossos espaços.

Nós acreditamos que não devemos esperar por iniciativas e ações de políticos e empresários, e que somente a organização e iniciativa popular pode conquistar modificações realmente significativas na sociedade. É o povo, somente ele, que tem o poder e a vontade necessária para mudar as coisas e construir um transporte, uma cidade e mesmo um mundo diferente. Isso ficou claro em 2004 e 2005, quando ocupamos as ruas de Florianópolis por dias, até que o aumento absurdo das tarifas fosse cancelado.

Pensamos na mudança da sociedade através da mudança na lógica da mobilidade urbana. É por isso que não queremos que os ônibus tenham catracas, que impedem tanta gente de ir e vir em todas as grandes cidades do Brasil. Mas sabemos que só isso não basta. Além da exclusão pelo transporte, há desigualdades entre brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres. Temos um mundo inteiro para reconstruir! A catraca que o MPL repudia é também simbólica. Existem catracas invisíveis por todas as partes, impedindo o acesso pleno aos espaços e serviços. Precisamos juntos destruir todas elas. Pela luta queremos construir um mundo em que não haja nenhuma catraca!

Comece já a agir! Discuta essas questões com seus amigos e suas amigas, na sua escola, no trabalho e com a família. Leve a questão do transporte para o conselho comunitário do seu bairro, para as assembleias do plano diretor. Você tem todo direito de discordar de um sistema de inclui e discrimina! Entre em contato com o MPL, participe e traga suas idéias!

contato:

mpl.floripa@gmail.com e mpl.floripa@grupos.com.br

páginas na internet:

<http://mplfloripa.blogspot.com>

<http://www.mpl.org.br>



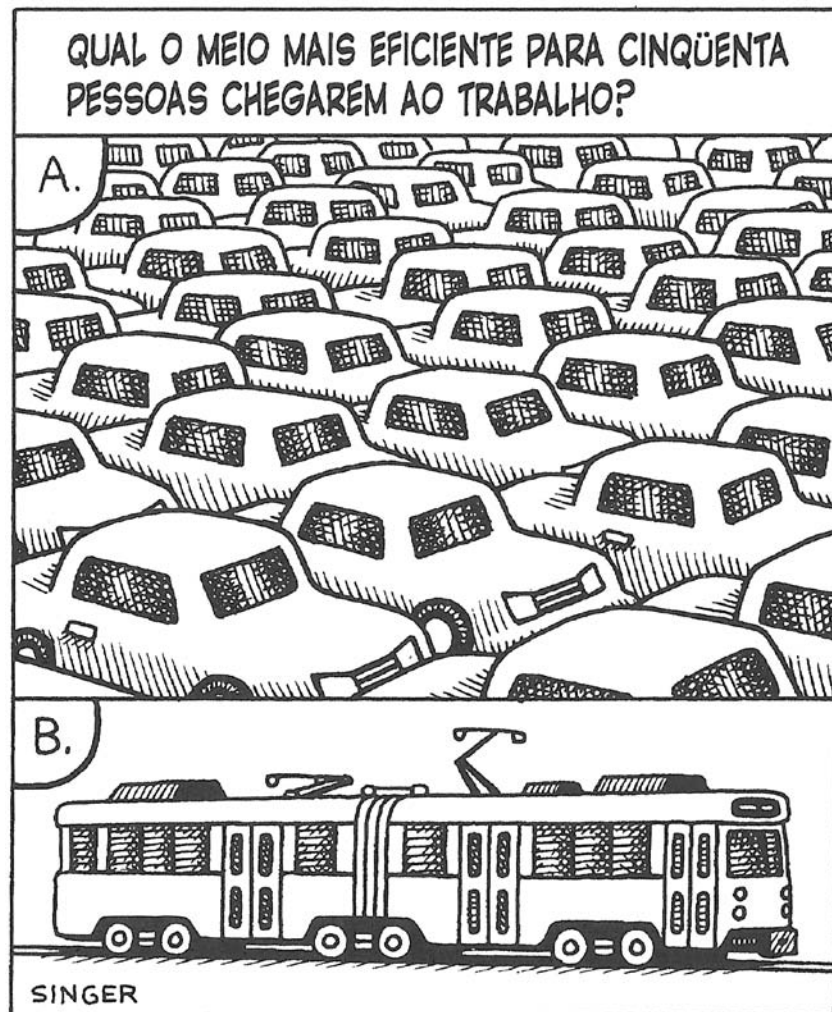
O QUE É M OBT- LID A BANNA?



O QUE É MOBILIDADE URBANA?

Você já pensou como seria se a sua cidade ficasse um dia sem ônibus, ou sem transporte de nenhuma espécie? Quando falamos em mobilidade urbana nos referimos às diferentes maneiras pelas quais as pessoas e as coisas se locomovem dentro das cidades. Falar de mobilidade é falar em carros, bicicletas, carroças, barcos, metrô, calçadas, e claro, ônibus. Precisamos pensar qual o meio de transporte que utilizamos para ir até a escola, o trabalho, o cinema, a praia, etc. É preciso pensar nos problemas que encontramos toda vez que queremos ir a cada lugar. São filas enormes de carros, catracas, tarifas altas, falta de rampas que dêem acesso a pessoas com dificuldades de locomoção, de ciclovias, de espaço para circular. Todas essas barreiras definem na cidade os lugares que alguns/as podem freqüentar e outros/os não. Há, por exemplo, praias onde as linhas de ônibus são tão escassas que só quem tem um carro pode freqüentar.

Falar em mobilidade urbana significa, portanto, falar em **acesso**. Acesso aos espaços públicos, à cultura, à informação, diversão, à saúde e à educação. O nosso direito de ir e vir é o que está em jogo nesse debate. Quantas vezes você já deixou de ir a algum lugar porque te faltou o dinheiro da tarifa no bolso ou porque simplesmente não havia ônibus no horário que você precisava? Quando a gente discute a organização do transporte na cidade, estamos questionando todas essas restrições e construindo a idéia de que a cidade pode ser muito diferente.



COMO ISSO FUNCIONA HOJE NA NOSSA CIDADE?

Olhando um pouco ao nosso redor percebemos que o pouco planejamento da cidade tem sido completamente voltado para o carro. A maioria das ciclovias são enfeites, as calçadas são estreitas e sem instrução para deficientes visuais, os/as pedestres e os/as trabalhadores/as catadores/as de papel não têm nenhuma facilidade, se espremendo entre os carros. Mas para os carros, que poluem e ocupam um monte de espaço, há sempre um alargamento de pista aqui e um novo viaduto ali. Isso porque existe uma política que prioriza o transporte individual e a indústria automobilística, ao invés da defesa do meio ambiente, do transporte coletivo e da garantia de acesso à maioria das pessoas.

Essa mesma política é responsável pela lógica na qual funcionam os sistema “públicos” de transporte nas cidades brasileiras. Os governos municipais, não assumindo a responsabilidade política pelo transporte, simplesmente concedem sua “exploração” a setores privados da economia. E aí, ninguém monta uma empresa privada para ter prejuízo. Pelo contrário, quem monta uma empresa faz isso para ter **lucro**. Assim, o **direito** de ir e vir se transforma numa mercadoria, objeto de lucro dos empresários do transporte.

Isso é muito ruim, porque os empresários não se importam com a qualidade do serviço, somente em como podem ganhar mais dinheiro. O resultado disso vemos todos os dias: ônibus caros e lotados, poucas linhas, poucos horários e salários baixos para os trabalhadores e as trabalhadoras do transporte. A fórmula é simples:

{- ônibus - trabalhadores/as do transporte + gente num ônibus só + tarifa cara = + lucro}

A ILUSÃO DO CARRO

Muitas pessoas alimentam a ilusão de que a resolução para os problemas da mobilidade acima citados está no transporte individual, principalmente o carro. Na realidade o carro só piora o problema do trânsito, e deixa ainda mais complexo o deslocamento. Hoje, mesmo quem anda de carro está aborrecido nos engarrafamentos, e com os financiamentos a perder de vista que as concessionárias de carro estão realizando essa tendência só vai piorar.

Além do mais, o carro é um meio de transporte extremamente **poluente** e agressivo ao meio ambiente, não só pela emissão de gases poluidores, mas também pela quantidade de asfalto que ele demanda.

MUNICIPALIZAÇÃO DOS TRANSPORTES

A municipalização é o **controle** político e **público** do sistema de transportes. Hoje quem exerce o controle sobre o sistema de transportes, na prática, são as empresas e, portanto, esse controle é privado. A população não tem espaço para debater, sugerir e planejar o transporte, mesmo sendo ela a principal interessada. As empresas determinam os horários, os itinerários, o número de ônibus, se são articulados ou não, quanto custarão as tarifas, etc., e o controle da prefeitura é meramente formal, fictício, pois no final ela apenas concorda com o que mandam as empresas.

Com a municipalização dos transportes, a prefeitura é quem vai determinar como, quando e por onde passarão os ônibus, quanto custarão as tarifas, enfim, como funcionará o transporte. Isso porque ela terá todo controle político sobre o sistema de transportes, apenas alugando dos empresários os ônibus, pois as empresas passarão a ser prestadoras de serviço, sem nenhum poder de controle ou decisão sobre o serviço prestado, diferentemente do que ocorre hoje, dentro do regime de concessão.

A prefeitura só não será a dona da frota de ônibus por uma questão prática: é muito mais barato alugar os ônibus do que manter uma frota própria, já que o município não possui recursos suficientes para comprar todos os ônibus necessários para prestar o serviço de transporte público.

TARIFA ZERO

A Tarifa Zero é o meio mais prático e efetivo de assegurar o **direito de ir e vir** de toda população nas cidades. Essa idéia tem como fundamento o entendimento de que o transporte é um serviço público essencial, direito fundamental que assegura o acesso das pessoas aos demais direitos fundamentais, como a saúde e a educação.

Com o crescimento sem planejamento das cidades, o acesso à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho, entre tantos outros, ficou extremamente complicado, custando além de muito dinheiro, várias horas do nosso dia. Nas grandes cidades os deslocamentos são uma necessidade diária, pois sem eles a vida social ficaria inviabilizada.

Nos locais mais distantes dos grandes centros, o acesso aos direitos fundamentais só pode ser concretizado através do transporte coletivo. E para assegurar que o conjunto da população possa desfrutar desses direitos, o transporte precisa ser público e gratuito. Caso contrário, as pessoas que não tem dinheiro para pagar a tarifa não poderão chegar aos seus destinos e exercer os seus direitos.

A Tarifa Zero será feita através de um **Fundo Municipal de Transportes**, que utilizará recursos arrecadados pelo município, em escala progressiva, ou seja: quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos, e quem não pode, não paga. Esses recursos são basicamente o IPTU e o ISS. O IPTU de bancos, grandes empreendimentos, mansões, hotéis, resorts, shoppings, etc., será aumentado proporcionalmente, para que os setores mais ricos da cidade contribuam de maneira adequada, distribuindo renda e garantindo a existência de um sistema de transportes verdadeiramente público, gratuito e de qualidade, acessível a toda a população, sem exclusão social.